

POLICY BRIEF 2 · INTEGRAÇÃO E GOVERNAÇÃO

Da atração à integração: a conceção de políticas sustentáveis de nómadas digitais para regiões de baixa densidade

Bruno César Alves Marcelino · Preparado: 02/06/2026 · Revisado: 02/06/2026 · Publicado: 02/06/2026
NomadVillage · bruno.marcelino@nomadvillage.global · ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0638-7889>

MENSAGEM-CHAVE

O desafio das regiões de baixa densidade não é atrair teletrabalhadores. É integrá-los sem gerar pressão sobre a habitação, fragmentação social nem uma mobilidade extrativa de curto prazo. Os vistos e o marketing podem trazer pessoas; só a governação, a estratégia de habitação e a mediação comunitária convertem as chegadas num benefício local duradouro.

Por que os vistos e o marketing não bastam

O ambiente de políticas já favorece de forma ativa a mobilidade dos teletrabalhadores. A Lei das Empresas Emergentes espanhola de 2022 criou uma autorização de teletrabalhador de carácter internacional, Portugal opera um visto de nómada digital (D8) e a visão de longo prazo da Comissão Europeia para as zonas rurais trata a revitalização dos territórios de baixa densidade como uma prioridade estratégica (Comissão Europeia, 2021). O argumento demográfico é sólido: as projeções do Centro Comum de Investigação e do Eurostat indicam que as regiões rurais remotas perderão população mais depressa do que qualquer outro tipo de território até 2040, enquanto as cidades continuam a crescer (Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação, 2025), e a OCDE sustentou que o trabalho remoto oferece a estas regiões uma oportunidade real de travar esse declínio (OCDE, 2021).

Mas um visto é uma permissão para entrar e uma campanha é um convite. Nenhum determina o que acontece após a chegada: se um teletrabalhador contribui para a vida local ou se limita a consumir um cenário mais barato durante umas semanas, se a habitação absorve a nova procura ou se tensiona em torno dos residentes, se a comunidade se sente enriquecida ou deslocada. Estes resultados são decididos pela governação local, não pelos instrumentos nacionais. Tratar a atração como a meta final é o erro mais frequente e mais dispendioso neste campo.

O que pode correr mal

A experiência urbana oferece um aviso claro. Cocola-Gant e López-Gay (2020) documentaram como a chegada de pessoas com altos rendimentos e mobilidade pode impulsionar a gentrificação transnacional e a formação de enclaves ‘exclusivamente estrangeiros’ em que os novos residentes vivem em grande medida à margem da população local. O mecanismo não é exclusivo das grandes cidades; os mercados de habitação rurais, pela sua estreiteza, podem ser de certo modo mais sensíveis, já que um número reduzido de chegadas pode mover os preços e absorver o limitado

parque de habitações habitáveis. Apoiando-se no trabalho doutoral do autor sobre cartografia sociocultural e territorialidades fronteiriças (Marcelino, em preparação), este policy brief trata os espaços e as plataformas digitais não como simples canais de reserva, mas como camadas de visibilidade e pertença que podem ligar os recém-chegados a um lugar ou isolá-los dele.

Pressão sobre a habitação. Em mercados pequenos, um punhado de inquilinos de média estadia com maior poder de compra pode elevar os arrendamentos e reduzir as habitações disponíveis para residentes e trabalhadores locais, o contrário da revitalização.

Enclaves e integração fraca. Sem uma mediação deliberada, as pessoas recém-chegadas agrupam-se social e economicamente entre si, gastam dentro de um circuito paralelo e deixam pouco valor local duradouro.

Mobilidade extrativa de curto prazo. As estadias muito breves extraem amenidade e vantagem de preço enquanto pouco contribuem para a vida comunitária, os serviços ou a empresa local.

Baixa retenção e custo reputacional. Quando a experiência vivida não está à altura do prometido, as estadias encurtam-se e a notícia corre depressa em comunidades muito interligadas, o que mina a atração futura.

O que o inquérito sugere sobre as necessidades de integração

A evidência exploratória de pré-registo de 92 futuros teletrabalhadores (ver o Policy Brief 1) é encorajadora quanto à integração, com a devida cautela. Cerca de metade ficaria quatro meses ou mais, e um terço contempla mais de seis, tempo suficiente para que a integração seja possível e valiosa, ao contrário do turismo de fim de semana. Uma ampla maioria interessa-se por um espaço partilhado de trabalho, que pode funcionar como ponto de contacto com os residentes. E, de forma notável, uma minoria levantou preocupações sobre acessibilidade e deslocamento sem que lhe fosse perguntado, o que sugere que uma parte da procura prefere ativamente os destinos que gerem o seu impacto de forma responsável. A orientação para as estadias de média e longa duração é justamente o que torna viável uma estratégia de integração; é também o que a torna necessária, porque os residentes de média estadia interagem com os mercados de habitação e os serviços de um modo que os turistas de curta duração não fazem.

Cinco princípios para uma atração sustentável

- 1. Atrair só depois de avaliar a preparação local.** Confirmar que a conectividade, a habitação, os serviços e a capacidade comunitária existem realmente antes de promover um destino. A preparação precede a atração; isto é desenvolvido no Policy Brief 3.
- 2. Ligar a atração à governação da habitação.** Ligar todo o esforço de atração a uma abordagem deliberada de habitação (utilizar primeiro o parque vago e subutilizado, vigiar os arrendamentos locais e proteger o acesso dos residentes) para que a nova procura não expulse a comunidade existente.
- 3. Passar de visitantes a contribuintes.** Favorecer as estadias de média e longa duração e conceber pontos de entrada (trabalho local, voluntariado, colaboração com a empresa e

a cultura locais) que permitam às pessoas aportar valor em vez de se limitarem a consumir amenidade.

- 4. Recorrer a intermediários locais e à mediação comunitária.** Trabalhar através de atores locais de confiança (municípios, associações, organizações culturais, grupos de ação local) para tecer relações, fixar expectativas em ambas as partes e prevenir a formação de enclaves.
- 5. Monitorizar os impactos de forma contínua.** Acompanhar os efeitos sobre a habitação, o consumo local, os serviços e o sentir da comunidade ao longo do tempo, e estar disposto a ajustar ou suspender a atração se a evidência apontar para um dano.

O que os governos locais podem fazer agora

- ✓ Fazer um inventário da habitação vaga e subutilizada antes de promover o destino, e priorizar a sua colocação em uso em vez de acrescentar pressão ao parque ocupado.
- ✓ Estabelecer um modo simples de vigiar os arrendamentos e a acessibilidade locais, com um limiar que ative uma revisão.
- ✓ Designar um ponto de contacto ou intermediário local responsável por acolher as pessoas recém-chegadas e ligá-las aos residentes e à empresa local.
- ✓ Oferecer pelo menos um canal estruturado de contribuição (colaboração local, voluntariado, participação cultural) em vez de confiar na integração espontânea.
- ✓ Definir de antemão os indicadores a vigiar (habitação, consumo, serviços, sentir comunitário) e quem os revê.
- ✓ Coordenar-se com as agências regionais e os quadros europeus de desenvolvimento rural para que a atração se insira na política de coesão e habitação, e não seja executada como uma campanha isolada.
- ✓ Envolver os residentes de forma precoce e transparente, para que a chegada de pessoas novas seja compreendida e configurada a nível local em vez de imposta.

Conclusão

A atração é a metade fácil do problema, e a metade que a política nacional já resolveu. A metade difícil e decisiva é a integração: assegurar que os teletrabalhadores fortalecem, em vez de tensionar, os lugares que os acolhem. Isso exige uma preparação avaliada de antemão, uma habitação tratada como questão de governação, a contribuição incorporada à oferta, a mediação de atores locais de confiança e uma monitorização contínua. As regiões que adotarem esta sequência podem converter uma tendência de mobilidade num benefício local duradouro; as que se detiverem no visto e na campanha correm o risco de importar, à escala reduzida, as mesmas pressões que tornaram os grandes destinos desconfiados.

Nota metodológica

O conjunto de dados é de natureza exploratória por conceção. Não representa a totalidade da população de nómadas digitais nem dos territórios de baixa densidade. O seu valor reside em

documentar a procura inicial, testar pressupostos conceptuais, identificar padrões de preferência e informar o desenvolvimento de uma abordagem de preparação territorial. Os valores do inquérito provêm de um pré-registo voluntário e autosseleccionado de 92 futuros teletrabalhadores e são proporções descritivas; as respostas abertas são apresentadas apenas de forma agregada e parafraseada, nunca citadas literalmente, e não contêm informação identificável. Os riscos analisados apoiam-se na literatura publicada e são apresentados como cautelas que convém antecipar, não como previsões para qualquer território concreto. Não se formulam afirmações causais.

Referências

- Cocola-Gant, A., & López-Gay, A. (2020). Transnational gentrification, tourism and the formation of 'foreign only' enclaves in Barcelona. *Urban Studies*, 57(15), 3025–3043. <https://doi.org/10.1177/0042098020916111>
- Comissão Europeia. (2021). *A long-term vision for the EU's rural areas — Towards stronger, connected, resilient and prosperous rural areas by 2040* (COM(2021) 345 final). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:52021DC0345>
- Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação. (2025). *Demography 2040: Cities keep growing, while population shrinks in remote rural regions* [Projeções demográficas e económicas NUTS-3]. https://joint-research-centre.ec.europa.eu/jrc-news-and-updates/demography-2040-cities-keep-growing-while-population-shrinks-remote-rural-regions-2025-04-04_en
- Faludi, A. (2006). From European spatial development to territorial cohesion policy. *Regional Studies*, 40(6), 667–678. <https://doi.org/10.1080/00343400600868937>
- Marcelino, B. C. A. (em preparação). *Dinámicas fronterizas: La actuación de los actores culturales Guatá y Fronteras Culturales en la integración cultural y territorial de las fronteras de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay* [Tese de doutoramento em preparação]. Universidad Nacional de La Plata, Universität Rostock & Universidade de São Paulo.
- Medeiros, E. (2016). Territorial cohesion: An EU concept. *European Journal of Spatial Development*, (60), 1–30.
- OCDE. (2021). *Implications of remote working adoption on place-based policies*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/b12f6b85-en>
- Sequera, J. (2025). Struggling with the digital nomad: Transnational teleworkers as the new 'creative class' in the urban marketplace? *International Journal of Urban and Regional Research*, 49(1), 204–213. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.13293>